



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**SALA DE RECURSOS EM ESCOLA DE ZONA RURAL DO
DISTRITO FEDERAL**

Ana Claudia Batista dos Santos

Professora-orientadora Dra. Rosana César Arruda Fernandes
Professor tutor-orientador Mestre Evanilson Araújo Santos

Brasília-DF, 19 de dezembro de 2015.

Ana Claudia Batista dos Santos

**SALA DE RECURSOS EM ESCOLA DE ZONA RURAL DO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e do Professor Tutor-orientador Mestre Evanilson Araújo Santos.

TERMO DE APROVAÇÃO

Ana Claudia Batista dos Santos

SALA DE RECURSOS EM ESCOLA DE ZONA RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes – UnB
(Professora-orientadora)

Prof. Msc Evanilson Araújo Santos – SEEDF
(Tutor-orientador)

Profa. Msa. Sônia Ferreira de Oliveira – SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

À minha família por tamanha dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande e Poderoso Deus pela inteligência e sabedoria.

Ao amor sem medidas de meus familiares por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Ao Professor Tutor-orientador Evanilson Araújo Santos por tamanha dedicação, persistência e atenção na realização deste meu trabalho.

Aos interlocutores que me auxiliaram na coleta de dados.

À Professora-orientadora Rosana César de Arruda Fernandes por compartilhar conosco tantos conhecimentos e sabedoria.

Em especial a minha sempre perseverante amiga Luciana Silva Gomes por estar presente, me acompanhar, conversar, trocar conhecimentos.

E a todos que de alguma maneira me auxiliaram na realização deste trabalho.

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de serem elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas.”

Mantoan

RESUMO

Esta pesquisa teve o intuito de compreender que contribuição a Sala de Recursos pode oferecer para uma escola pública de zona rural, bem como visa ressaltar a sua necessária inclusão no Projeto político-pedagógico da escola. O Projeto político-pedagógico é entendido como parte essencial a toda unidade escolar, e este deve ser planejado, construído, executado e avaliado por todos os atores envolvidos no ato de educar, constituindo-se uma construção coletiva, onde precisa deixar claro que cidadão a escola está formando. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de questionário e análise documental. Verificou-se a relevância da sala de recursos, sendo atuante no tocante a aprendizagem significativa de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como, no auxílio de professores regentes, atendendo as singularidades dos educandos, buscando formas diversas de aprendizado. E a sua atuação está de acordo com a legislação em vigor, possibilitando o desenvolvimento de uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Sala de Recursos; Coordenação Pedagógica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 METODOLOGIA.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Projeto político-pedagógico: Documento de identidade das escolas / Que escolas queremos?.....	20
2.2 Trabalho Coletivo nas escolas: o valor imprescindível da coordenação pedagógica.....	24
2.3 Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos e o Projeto político-pedagógico.....	26
3 ANÁLISE DOS DADOS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE	50

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, o mundo mergulhou numa crise de organização institucional, quando se passou a questionar o modelo de Estado intervencionista - que determinava o funcionamento de todos os órgãos públicos, inclusive a escola. Nesse contexto internacional, o Brasil vivia o movimento de democratização, após um longo período de ditadura. A centralização e a planificação típicas do governo militar passaram a ser criticadas e, na elaboração da Constituição de 1988, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (que congregava entidades sindicais, acadêmicas e da sociedade civil) foi um dos grandes batalhadores pela "gestão democrática do ensino público", um conceito que pretendia oferecer uma alternativa ao planejamento centralizador estatal. Outro aspecto importante é que nessa mesma época a escola brasileira passou a incluir em seus bancos populações antes excluída do sistema público de ensino. Ela ficou, assim, mais diversa e teve de adequar suas práticas à nova realidade. A instituição de um Projeto político-pedagógico surgiu como um importante instrumento para fazer isso.

É relevante e inquestionável o quanto o Projeto político-pedagógico orienta e identifica a unidade escolar, possibilitando reconhecer a escola com seus pontos fortes e aqueles que necessitam ser revistos, modificados, melhorados para atender satisfatoriamente o papel social da escola – que todos os alunos aprendam e tornam-se cidadãos conscientes e críticos, capazes de transformar para melhor o mundo em que vivem e atuam.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, toda escola precisa ter um projeto político- pedagógico, o PPP. Esse documento deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali passa boa parte de sua vida aprendendo e trocando saberes. Elaborar um projeto pode ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. Ainda há possibilidade - que costuma ser bem mais comum do que o desejado - é que sua elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta, deve ser planejado, elaborado, executado e avaliado.

É o momento de reconhecer que não é nem deve ficar indiferente ao fracasso escolar, como se não tivesse nada a ver com isso; é quando se faz necessário realizar uma faxina e a escola voltar – se para si mesma e buscar se reorganizar. Se bem formatado, porém, o próprio processo de construção do documento gera mudanças no modo de agir. Quando todos enxergam de forma clara qual é o foco de trabalho da instituição e participam de seu processo de elaboração e implantação, viram verdadeiros parceiros da gestão. O processo de elaboração e implantação do Projeto político-pedagógico é complexo e dúvidas sempre aparecem no caminho. “[...] Buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários” (VEIGA, 1996, p. 14).

Há na escola um espaço primordial onde a construção e execução do Projeto político-pedagógico acontecem e com um articulador na orientação, organização assumindo grandes responsabilidades e desafios - esse espaço é a coordenação pedagógica e o articulador é o coordenador pedagógico; que muitas vezes tem suas atribuições confundidas e mal compreendidas. Mas o coordenador eficiente centraliza as conquistas do grupo de professores e assegura que as excelentes ideias perpetuem e continuem sendo um sucesso na escola.

Entendendo a coordenação pedagógica como uma assessoria permanente e continuada ao trabalho docente, não deve relacionar como o faz tudo da escola, este possui atribuições bem claras como algumas destas listadas em quatro dimensões como demonstra Piletti (1998, p. 125 *apud* LIMA e SANTOS, 2007, p. 79):

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Compreender a essência do trabalho dos educadores que estão na escola representa um grande desafio para todos os envolvidos no processo de construção, de educar, especialmente para o coordenador pedagógico. Sua atuação tenderá a ser mais eficaz se ele tiver clareza conceitual e teórica sobre a função da organização em que está inserido. Para muitos autores, a escola é uma instituição social na qual ocorrem, de forma intencional e sistemática, o processo ensino e aprendizagem de múltiplos conhecimentos produzidos ao longo da história.

Emergem possibilidades de desenvolver atitudes mais éticas, humanas e solidárias. Só quando entende profundamente isso é que o coordenador consegue se engajar e desempenhar bem seu papel. E vale ressaltar a importância de sua atuação na formação, contínua e em serviço, dos professores - algo que é vivenciado baseado na construção conjunta do Projeto político-pedagógico.

Cabe ao coordenador manter diálogo com os docentes para construir o trabalho cooperativo, o Projeto político-pedagógico. O documento se torna então um esforço para traçar o perfil de aluno que a escola se compromete a formar. Mas é preciso responder a uma questão: Que humanidade gostaria de ajudar a construir em nossos jovens, uma vez que a escola é um dos espaços em que eles se formam, mas não o único?

Trabalhando com uma diversidade de alunos, as escolas estão cada dia mais de fato sendo escolas inclusivas, ou seja, atendendo a todos os alunos, independente de qualquer situação; as escolas vêm recebendo cada dia mais alunos com necessidades educacionais especiais e trabalhar de forma que atenda as singularidades de todos os alunos mostra-se um desafio para toda a comunidade escolar.

[...] A inclusão será viabilizada na Educação Básica, da rede pública de ensino do Distrito Federal, cabendo à instituição educacional regular garantir o acesso e a permanência do estudante com necessidades educacionais especiais, apoiando-o, e aos seus professores, a fim de que lhe seja assegurado o acesso à aprendizagem (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 63).

Muitos alunos com deficiência necessitam de atendimento educacional especializado, que é realizado nas salas de recursos com profissional especializado. E tudo é orientado pelas legislações vigentes em nosso país, como bem destaca a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008, p. 21):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

Escola como lugar de apropriação e compartilhamento de saberes possibilita o aprendizado de todos os alunos respeitando as singularidades, ressaltando que é possível a construção de um Projeto político-pedagógico que tenha a identidade da

instituição escolar e que não seja mero documento engavetado e o trabalho coletivo tão importante e necessário na escola traga resultados relevantes para toda a comunidade escolar e faça diferença na vida tanto pessoal como na futura vida profissional dos educandos que por ali passarem muitos anos de suas preciosas vidas.

O trabalho de pesquisa surgiu da inquietação de compreender: Que contribuições importantes a Sala de Recursos pode oferecer para uma escola pública de zona rural?

Objetivo Geral:

Analisar a relevância da sala de recursos num contexto de educação inclusiva numa escola de zona rural.

Objetivos Específicos:

- Analisar de que forma a sala de recursos está inserida no Projeto político-pedagógico da escola;
- Analisar se a sala de recursos atua de forma coerente com a legislação em vigor, favorecendo o desenvolvimento de uma educação inclusiva e de qualidade.

Acreditando na importância que o Projeto político-pedagógico tem para a escola, pois é um documento de identidade da escola onde estão registradas ações que beneficiam os educandos estando expresso o aluno que a escola deseja formar, a metodologia do trabalho e formas de avaliação faz – se necessário compreender como a sala de recursos está sendo contemplada no Projeto político-pedagógico da Escola bem como na legislação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Com a pesquisa e a análise documental realizada na unidade escolar, será de suma importância constatar que a sala de recursos contemplada no Projeto político-pedagógico da Escola é relevante e primordial para todos os atores sociais envolvidos com uma educação de qualidade, inclusiva, pública e que cumpre seu papel social diante da sociedade da qual faz parte.

Serão utilizados recursos humanos e materiais impressos para realização do projeto de pesquisa.

1 METODOLOGIA

Methodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. A metodologia empenha-se pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, ela vai muito além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem abordadas na pesquisa), norteia a escolha teórica realizada pelo pesquisador.

Segundo Bruyne (*et al.*, 1977, p. 29):

A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto a uma metrologia ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Para ser fiel a suas promessas, uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas - como resultado em forma de conhecimento científico - mas também como processo - como gênese desse próprio conhecimento.

Sendo assim metodologia é o campo em que se estudam os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. E como discussão epistemológica sobre o caminho do pensamento que o tema ou o objeto de investigação requer; apresenta-se adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que são utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação e ainda como a criatividade do pesquisador, ou seja, a sua marca pessoal e específica na maneira de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de respostas às questões específicas.

A metodologia consiste em uma reflexão acerca do conjunto de métodos lógicos e científicos. Kaplan (1969, p. 25) argumenta que a metodologia:

Representa os princípios filosóficos ou lógicos suficientemente específicos a ponto de poderem estar particularmente relacionados com a ciência, distinguida de outros afazeres humanos [...] os métodos incluem procedimentos como os da formação de conceitos e de hipóteses, os de observação e da medida, da realização de experimentos, construção de modelos e de teorias, da elaboração de explicações e da predição.

Método de acordo com Marconi e Lakatos (2005) é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

A abordagem metodológica da pesquisa foi qualitativa. Para Neves (1996, p. 1) “a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Com o objetivo de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; “trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teorias e dados, entre contexto e ação” (MAANEN, 1979, p. 520). Neves (1996) menciona que com a utilização de métodos qualitativos pode haver um redirecionamento da investigação, com possibilidades de vantagens no que diz respeito ao planejamento integral e prévio dos passos da pesquisa (PIORE, 1979). Nesse sentido, Neves (1996, p. 3) discorre que:

os métodos qualitativos são considerados mais ricos, completos, globais, reais, seu valor é inquestionável aos olhos do leitor, pois os resultados foram obtidos por intermédio da relação direta do objeto em questão e permitiram conduzir a vínculos mais reais de causa e efeito.

A modalidade da pesquisa é o estudo de caso, pois é um dos tipos mais empregados no campo educacional, segundo Lüdke e André (1986a, p. 9). Consiste no estudo de caso, podendo ser simples e específico ou ainda complexo e abstrato (LÜDKE e ANDRÉ, 1986b, p. 17).

Ainda sobre a escolha do estudo de caso, vale destacar o que Carvalho (1989, p. 157) tem escrito sobre o tema:

[...] É um meio para se coletar dados, preservando o caráter unitário do objeto a ser estudado. Não pode ser considerado um recurso metodológico que realiza a análise do objeto em toda sua unicidade, mas é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando.

Com o objetivo de conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico; o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revela-lo tal como ele o percebe.

Faz parte do pressuposto de que o conhecimento é construído continuamente e o pesquisador está sempre em busca de respostas e novas questões para desenrolá-lo de sua pesquisa. Ter conhecimento do contexto é de suma importância para poder ter uma compreensão e análise dos dados alcançados durante a pesquisa, sempre tendo em vista o enfoque da realidade de forma completa e profunda analisando o caso na sua totalidade. Lembrando que podem existir divergências de opiniões pelos usuários da pesquisa e surgir discordâncias, não ocorrendo uma verdade absoluta, inquestionável. No desenrolar do estudo de caso podem os dados ser obtidos através de diversos instrumentos e em diferentes momentos, havendo o cruzamento de informações, retirando suposições e ocorrendo outras hipóteses. E os dados coletados podem ser explanados de distintas opções, tais como, desenhos, filmagens, possibilitando a linguagem mais acessível para os seus leitores (FLICK, 2009, p. 135).

Optou-se por utilizar para a coleta de dados o questionário, pois consiste na forma mais utilizada para coletar dados possibilitando medir com melhor exatidão o que se deseja. Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 138):

[...] Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche, [...] ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central.

Aos interlocutores foram aplicados questionários (diretora, vice-diretora, coordenadora e os oito docentes da escola) da referida instituição de ensino. Escolhido por proporcionar aos informantes a liberdade para responder de forma clara, concisa, por ser preciso e de fácil acesso. Para Marconi e Lakatos (1982a) o questionário possui uma quantidade ordenada de perguntas, que são respondidas por escrito, com a finalidade de aumentar a sua eficácia e veracidade é de suma importância ficar atento às normas de elaboração, observando o grupo de perguntas, a organização e suas formulações.

Para Medeiros (2012), o processo de elaboração do questionário requer tempo, pois é complexo e solicita cuidados na seleção das questões observando que é indispensável à validade das respostas para a obtenção de informações para a pesquisa. Podem-se utilizar perguntas abertas e fechadas, sendo que as questões abertas proporcionam ao informante responder de forma despreendida, fazendo uso de linguagem própria, relatando comentários, expondo explicações e opiniões. Essa

liberdade toda em relação às respostas pode dar margem a uma maior parcialidade ao pesquisador no momento de compilar as mesmas tornando-se mais oneroso e demorado o tempo para serem analisadas, concluídas (MARCONI e LAKATOS, 1982b).

Foi realizada uma análise documental, que segundo Martins (2002, p. 25) “[...] tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana”.

Análise do Projeto político-pedagógico da referida unidade escolar bem como documentos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sobre coordenação pedagógica e sobre o atendimento educacional especializado realizado na sala de recursos.

A instituição de ensino escolhida para a realização da pesquisa é uma escola pública, a qual identificada nesta pesquisa como ESCOLA Y. Esta escola encontra-se localizada na zona rural nas proximidades da cidade de Planaltina/Distrito Federal. A mesma conta atualmente com 160 alunos, (atende alunos com necessidades educacionais especiais), distribuídos em oito turmas sendo quatro turmas no turno matutino, do Primeiro ao Quarto Ano e mais quatro no turno vespertino: Educação Infantil (2º Período – 5 anos), Primeiro, Terceiro e Quarto Anos do Ensino Fundamental de Nove Anos. A Escola não atende no turno noturno.

Os alunos vão para a escola de ônibus escolar, onde tem uma monitora que faz o acompanhamento de todo o trajeto junto com os alunos. Os alunos do turno matutino ao chegarem à escola tomam um café da manhã, mais tarde perto do horário do intervalo, às 10h30min, é servido um almoço balanceado, sendo que todos os dias constam no cardápio: arroz, feijão, verdura, salada, carne (vermelha, frango e peixe) e como sobremesa uma fruta.

Para os alunos do turno vespertino acontecem o inverso, ao chegarem de ônibus à escola, almoçam e mais tarde perto do intervalo é servido um lanche.

A escola conta com uma equipe formada pela gestora e vice, uma coordenadora pedagógica, um secretário escolar, uma pedagoga, uma psicóloga e uma professora que atua na sala de recursos, sendo que as três últimas são todas itinerantes, atuando em mais de uma escola todas localizadas na zona rural e mais oito professores regentes. A empresa terceirizada atua na cantina e no serviço de limpeza da escola, há também merendeira e agente de conservação e limpeza que auxiliam no trabalho de manutenção da escola.

Os alunos chegam à escola de ônibus escolar, a escola está localizada em um setor de chácaras e atende alunos deste setor de chácaras, que muitas famílias moram nas chácaras, porém não são proprietárias e sim trabalham como caseiros, empregadas domésticas, jardineiros. Atendem também alunos que os familiares residem em chácaras que foram loteadas e chácaras que foram invadidas, não tendo trabalho formal.

Há muitos casos de assaltos, consumo de bebidas alcóolicas, uso de drogas, tráfico de drogas, alunos criados por avós, famílias que passam por falta de alimentos, roupas, sapatos, materiais escolares.

Os alunos estão na faixa etária entre cinco e doze anos de idade. Muitas famílias possuem mais de dois filhos, os responsáveis pelos alunos geralmente trabalham de caseiros e moram nas chácaras. Dependem do transporte público para locomoção, outros possuem carro próprio. Na comunidade tem um posto de saúde que faz atendimento básico.

A maioria dos docentes que atuam na escola possui curso de Especialização na área educacional o que demonstra interesse em está sempre estudando, aperfeiçoando, buscando informa-se para atuar de forma que atenda os interesses da demanda, ou seja, está sempre aprimorando o que já sabe, adquirindo e trocando novos saberes em prol de uma educação verdadeiramente de qualidade que esteja realmente atendendo as reais necessidades dos educandos de forma satisfatória.

Os treze docentes que exercem o ofício de educadores moram na cidade de Planaltina/Distrito Federal e Formosa/Goiás. Alguns são efetivos da Secretaria de Educação do Distrito Federal e a minoria são professores de contrato temporário, e há uma rotatividade de professores de contrato temporário. Todos demonstram interesse, disponibilidade de criar e inovar para estar alcançando o sucesso do aprendizado dos discentes. Dispõe de força de vontade para aprender sempre, trocar conhecimentos, experiências, saberes uns com os outros e com os próprios discentes.

Através dos projetos executados na escola os alunos tem a oportunidade de vivenciarem momentos prazerosos de aprendizagem significativa, bem como contar com a participação dos familiares, responsáveis (não como a escola necessitaria, gostaria que acontecesse) que junto com a escola exercem um trabalho de parceria atuando para a melhoria do ensino que é ofertado na instituição escolar.

A escola dispõe de alguns recursos tecnológicos como data show, televisores em cada uma das quatro salas de aula, aparelho de som, CD, computadores, mas o acesso à internet ainda é limitado aos trabalhos da direção e secretaria.

A escolha desta Instituição Escolar para a pesquisa pauta no acesso e por ser o local onde desenvolvo meu trabalho como professora da sala de recursos. E com a realização da pesquisa a possibilidade de intervir no crescimento, aperfeiçoamento pedagógico e profissional de todos os envolvidos no processo de educar desta Instituição Escolar será de grande valia, pois conhecendo, analisando e avaliando as potencialidades e fragilidades do local de trabalho, com certeza pode-se intervir de maneira eficaz, colaborando para grandes melhorias no que se fizer necessário contribuindo com o sucesso do processo ensino aprendizagem de todos os discentes que por ali passarem, iniciando sua trajetória de vida escolar.

Na sala de recursos multifuncional da referida instituição situada na zona rural é ofertado atendimento que é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos matriculados na classe comum com caráter complementar, pois, atende alunos com deficiência intelectual e deficiência múltipla; é uma sala generalista onde os estudantes são atendidos tanto individualmente como em grupos.

As atividades propostas que são realizadas em sala de aula são jogos pedagógicos, educativos que auxiliam no trabalho das funções mentais superiores: memória, atenção, concentração, sequencia de atividades. São desenvolvidas atividades voltadas para psicomotricidade, coordenação visomotora, orientação espacial, lateralidade e utilização da tecnologia como meio de atrair, estimular e incentivar o aprendizado.

São jogos de sites voltados para o ensino, educação, raciocínio lógico-matemático, atenção, concentração e memória de forma bem lúdica que chama a atenção do educando e ensina ao mesmo tempo.

Aos alunos com deficiência a fim de garantir o respeito às particularidades, minimizar os impactos do perfil fechado do currículo e oportunizar condições igualitárias de aprendizagem, apresenta-se como alternativa legal, e viável a utilização de adequações curriculares, que são “como medidas pedagógicas que se destinam ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais de modo a favorecer a sua escolarização” (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 39).

Para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, em especial com deficiência múltipla, eu com professora da sala de recursos, faço

adaptações em lápis de escrever, engrossando-o com fita crepe, EVA, adquirei lápis de cor com formato triangular e mais grosso que os demais existentes no mercado, orientamos a professora para fixar as atividades em folha na carteira, pois aluna tem certa rigidez nos membros superiores (mãos) o que dificulta a realização dos movimentos da mesma.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Planejar é algo inerente ao ser humano, estamos o tempo todo planejando o que comer, vestir, como irmos ao trabalho, o que vamos fazer hoje, amanhã; e com a escola não é diferente, ela precisa se organizar, ter uma identidade que a caracterize, que a diferencie das outras unidades escolares, um Projeto político-pedagógico. Este documento que deve ser construído com a participação de todos os atores dos segmentos da instituição visando desenvolver uma política que garanta aos alunos um convívio escolar com maiores e melhores oportunidades de aprendizagem.

O Projeto político-pedagógico é o norte, a orientação para a execução do trabalho pedagógico da escola, é uma proposta do que se deseja trabalhar depois de avaliar os problemas existentes na mesma, expressando a autonomia e a identidade da unidade escolar; norteando a prática pedagógica atuando como um guia para a melhoria da qualidade do ensino.

Veiga (2002, p.13) descreve:

[...] que o projeto busca um rumo, uma direção e que é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente; todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Porém, para que o projeto realmente seja efetivo e dê resultados exitosos é de suma importância a participação e colaboração de todos os envolvidos no ato de educar, pois ele representa a autonomia da escola e é através deste valioso documento que ela estabelece a sua identidade. Para Veiga (2001, p. 57),

[...] pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e sua função social. E todos os atores envolvidos no ato de educar devem realmente deixar se envolver em todo o processo de construção do projeto: elaboração, execução, efetivação, implementação e avaliação.

Mas, afinal o que vem ser Projeto político-pedagógico? Não é uma palavra mágica, é uma proposta de trabalho coletivo que busca encontrar soluções para questões fundamentais, primordiais que permeiam o cotidiano escolar, como por

exemplo, o seu papel, as suas dificuldades em cumpri-lo adequadamente e as possíveis alternativas existentes.

Segundo Ferreira (1975 *apud* VEIGA, 2002, p. 12):

[...] no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação.

2.1 Projeto político-pedagógico: Documento de identidade das escolas / Que escola queremos?

Ao construirmos projetos pessoais ou o Projeto político-pedagógico da escola traçamos o que pretendemos fazer futuramente “lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente” (VEIGA, 2002, p.12).

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579 *apud* VEIGA, 2002, p. 12).

Político vem do grego *politikos*, que significa “cívico”. O termo *politikos*, por sua vez, se originou a partir da palavra *polites*, que quer dizer “cidadão”, que se originou de *polis*, traduzido por “cidade”. Numa sociedade como a grega, em que a vida pública interessava a todos os cidadãos, os *politikos* eram aqueles que se dedicavam ao governo da polis (“a cidade” ou “o Estado”), colocando o bem comum acima de seus interesses individuais.

Como é construído coletivamente, então todo Projeto pedagógico da escola é também político “[...] é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade”. (VEIGA, 2002, p.13)

No sentido etimológico, o termo pedagógico vem do grego *paidagogikós*, adjetivo que se diz daquilo que se refere ou diz respeito à pedagogia; que se encontra de acordo ou segue a pedagogia; que é didático, educacional ou instrutivo. “Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características

necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade” (VEIGA, 2002, p. 13).

Sendo assim o projeto, segundo Veiga (2002, p. 13):

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis á efetivação de sua intencionalidade, que "não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva" (Marques 1990, p. 23 *apud* Veiga, 2002, p. 13). Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

O Projeto político-pedagógico deve ser construído no momento em que a escola reconhece que não pode e nem deve ficar indiferente ao fracasso, aos problemas, as dificuldades de aprendizagem, ao atendimento a diversidade, como se não fosse problema dela, ficando inerte aguardando resposta, solução, esperando parada que apenas as esferas governamentais façam alguma coisa. É o momento crucial da faxina, quando a escola volta-se para si mesma e busca se reorganizar visando colocar a “casa em ordem”.

Construir o Projeto político-pedagógico requer responsabilizar-se pela iniciativa da mudança. Os projetos devem ser globais e coletivos, isto é, devem exprimir os objetivos da escola como um todo e não os objetivos de áreas de interesses ou segmentos. É o coletivo que deve definir, priorizar, aprovar e executar os objetivos propostos; é primordial a participação de todos os atores envolvidos no ato de educar. O Projeto político-pedagógico é uma atividade dinâmica e viva, que agrega toda a comunidade escolar na construção coletiva da escola. “[...] Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. (VEIGA, 2002, p. 13)

Construção, porque a escola, assim como as pessoas e o mundo, não está pronta; está em constante transformação, crescimento, trocando saberes, experiências. Existindo coisas boas que devem ser mantidas e coisas que devem ser modificadas, aperfeiçoadas e outras ainda que devam ser adquiridas. Vive assim um constante movimento de manutenção, transformação e criação.

Fazer projeto é se responsabilizar pela iniciativa da mudança. Pois, se ocorrer que o projeto seja feito por um grupo restrito e não coletivamente, predomina a visão

do projeto enquanto documento técnico de especialistas em educação e o resultado é o pior possível – tornando-o um documento frio e autoritário.

Um Projeto político-pedagógico de escola só será competente se for coletivo é a passagem do eu ao nós. Além de a participação ser um direito de todos, é no coletivo que um conhecimento mais global e verdadeiro da escola é construído. É esse movimento, onde se entrelaçam os diversos saberes que cada um contribui que possibilita conhecimento comum a todos os envolvidos, participantes atuantes. É através da participação que cada pessoa é respeitada enquanto indivíduo e enquanto integrante de um corpo maior e coletivo, que é a escola.

[...] Esse é um processo coletivo que se dá, na escola, dentre outras formas, pela capacidade de ser humilde e aprender com as famílias, com os alunos, com os funcionários, com a comunidade, que por meio de seus valores, das suas várias formas de expressar a cultura, o mundo da vida, nos dizem o que sabem e nos proporcionam trocas, aprendizagens (MEURER, 2010, p. 99).

É nesse espaço que aprendemos a estabelecer um acordo entre as diversas vontades, os diversos “eus”, em busca de uma vontade comum a todos, de um “nós”. Vontade essa que, para ser respeitada, tem que ser compreendida, aceita, dialogada. E para isso, construída em comum acordo. Assim fica mais fácil gostar da escola e lutar por ela em conjunto.

Mas é também necessário que seja uma vontade justa: uma vontade que reconheça as necessidades maiores da coletividade escolar, da educação e sociedade. Meurer (2010, p. 100), “[...] reconstruir o Projeto político-pedagógico é abrimo-nos a uma atitude compreensiva para a interlocução de diferentes teorias, dos saberes e vozes dos diversos segmentos envolvidos com a escola”.

A publicação Orientação Pedagógica da SEEDF enfatiza que:

[...] é a participação que deve permear todo o processo de construção do projeto político-pedagógico considerando: a) a existência de diferentes sujeitos sociais ativos na escola; b) que os sujeitos influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate; c) que a construção da identidade da escola é resultante das intervenções dos diferentes atores sociais; d) que a escola é um espaço vivo de debate dos desafios e das alternativas para seu enfrentamento. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 9).

Diagnosticar a instituição escolar e os seus arredores; analisar as concepções que justificam as práticas pedagógicas que os docentes lançam mão no cotidiano escolar e as questões administrativas; discussão e elaboração do Plano de Ação: eis

o esqueleto que compõe o Projeto político- pedagógico de toda e qualquer escola comprometida com uma educação eficaz e de qualidade que atenda todos os alunos independente de qualquer obstáculo e/ou dificuldade que venha ocorrer no dia a dia da escola.

A escola está inserida na sociedade e faz parte dela, então o Projeto político-pedagógico deve estar em consonância com a mesma, devem andar juntos, sintonizados visando sempre a função social da escola, que é de garantir aprendizagem de qualidade para todos os educandos que fazem parte dela:

[...] é preciso construir um Projeto político-pedagógico sintonizado com a sociedade contemporânea e que tenha como objetivo a superação dos desafios apresentados. Isto implica mudanças nas estruturas educacionais, que estão diretamente ligadas à adoção de uma concepção de educação referenciada na qualidade social que visa à garantia das aprendizagens para todos os estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.11).

Acontecendo a construção do Projeto político-pedagógico coletivamente todos os envolvidos sentem-se corresponsáveis na sua execução e avaliação do que deu certo e o que precisa ser mais bem desenvolvido, revisto, aperfeiçoado.

Enfim, o PPP da escola, construído coletivamente,

[...] fortalecerá as escolas em busca do cumprimento de sua função social de garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados ao longo da história da humanidade em articulação com os diferentes saberes construídos pelos sujeitos em espaços sociais diversos. Por isso, perguntar qual a função social da Escola numa sociedade onde circulam múltiplos saberes é, no mínimo, fundamental. É uma questão que deve permear todos os espaços-tempos da escola, em especial os da Coordenação Pedagógica (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 13).

O Projeto político-pedagógico possui uma estrutura que o caracteriza que são itens orientadores, onde é registrado, organizado por partes para uma melhor visualização.

A construção do Projeto político-pedagógico deve ser algo inerente ao trabalho da escola e não como mero instrumento burocrático para atender as necessidades de órgãos superiores que após sua elaboração é engavetado e deixado de lado, mas é sim um instrumento emancipador, que elege com um dos seus princípios a formação continuada dos docentes; pois na sociedade complexa em que vivemos é exigido dos profissionais de educação conhecimentos, saberes atualizados. E o educador como agente social de mudanças também precisa se envolver no processo de elaboração do Projeto político-pedagógico voltando-se para

questões como: que cidadãos a escola almeja formar, para atuar em que tipo de sociedade e com qual modelo de educação.

Então, o Projeto político-pedagógico serve de eixo orientador do trabalho da escola e do espaço de formação continuada do professor, que é a coordenação pedagógica; que juntos exercem influência na transformação do trabalho escolar de qualquer unidade de ensino.

2.2 Trabalho coletivo nas escolas: o valor imprescindível da coordenação pedagógica

Os vários projetos, ideias, acontecimentos que ocorrem nas escolas não devem ser estanques; precisam ser planejados, acordados, discutidos coletivamente onde cada um contribui com sugestões, criatividade, colocações e trabalho. E o espaço privilegiado para ocorra tudo isso, além da elaboração do PPP, é o da coordenação pedagógica.

A palavra coordenação possui o prefixo co que tem como significado estar próximo, junto com os pares representando a possibilidade de uma co + ordenação, ou seja, é o local onde todos os envolvidos no ato de educar devem estar reunidos numa ação coletiva, num trabalho colaborativo constituindo um espaço de inúmeras possibilidades e de liderança pedagógica e democrática onde todos são beneficiados e tem a oportunidade de trocar ideias, conhecimentos, saberes para juntos buscarem um melhor desenvolvimento da escola bem como uma educação de qualidade social:

[...] Potencializar a coordenação pedagógica, como afirma Fernandes (2010), constitui uma possibilidade ímpar de organização do trabalho docente, visando à educação como compromisso de todos os envolvidos, com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa possibilidade de constituição do coletivo, de trabalho colaborativo ou conjunto, de interações com compromisso mútuo e de educação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e individuais e pelas intencionalidades dos profissionais envolvidos, declaradas no PPP das unidades escolares como compromisso de todos. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 32)

O trabalho integrado, colaborativo do Projeto político-pedagógico e a coordenação pedagógica promovem um espaço único que oportuniza a troca de conhecimentos, saberes, estudos, formação continuada, beneficiando todo um

trabalho articulado e organizado das unidades escolares. Como bem discorre Silva (2004, p. 10) em seu trabalho acadêmico:

[...] A Coordenação Pedagógica é um espaço privilegiado para a discussão e implementação do projeto político-pedagógico da escola, possibilitando a reavaliação das práticas institucionais, docentes e discentes, troca de experiências entre as escolas, bem como realização de atividades de reflexão do trabalho docente, como conselho de classe, sistemática de avaliação, etc. Tudo sinaliza para a coordenação pedagógica de caráter interdisciplinar (DISTRITO FEDERAL, 1996 *apud* SILVA, 2004, p. 10).

E para Vasconcellos (2004, p. 87):

A coordenação pedagógica é a articuladora do Projeto político-pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal modo que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos [...].

O espaço da coordenação pedagógica deve ser compreendido como local em que acontecem as reflexões, as trocas de conhecimentos, experiências que são fomentadas nos processos formativos e de auto formação, privilegiando o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhar de vivências exitosas e inclusivas, o saber mais aprofundado dos estudantes, o avaliar e o auto avaliar, bem como, a articulação do coletivo no que refere a construção do Projeto político-pedagógico da escola.

Quando se pensa sobre escola vem à cabeça trabalho coletivo ou pelo menos deveria ser, pois, tudo o que pensado, planejado, executado, é voltado para a aprendizagem dos educandos, todo o planejamento gira em torno da formação global dos mesmos. E quando o planejamento coletivo deixa de acontecer, o trabalho não flui com a mesma competência que deveria. Porém, vale ressaltar “que pensar e fazer planejamento em educação pressupõe a organização do trabalho de forma coletiva” (CINFOP, 2005, p. 17).

Silva (2004, p.11) descreve o quanto é importante e necessário que aconteça o trabalho coletivo, pois todos saem beneficiados:

É preciso considerar que o trabalho docente é essencialmente coletivo, uma vez que é realizado em um contexto em que vários outros sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros. Encontros de pequenos grupos, por série ou afinidade, podem sinalizar o início de um processo de organização

importante, tendo em vista que grandes mudanças poderão surgir daí, todavia não favorecem a construção de uma visão de totalidade, a integração e a interdisciplinaridade.

E a pessoa que articula todo esse trabalho coletivo que deve acontecer no espaço escolar e que merece destaque especial, pois exerce uma função que quase ninguém se atreve ser, é o coordenador pedagógico. Atuando em uma função que muitas vezes se confunde, ora como “tapa buraco” em todas as situações corriqueiras da escola, como apaga fogo em brigas de alunos, conversas com pais, um burocrata, mas conforme discorre Vasconcellos (2004, p. 25) é muito além o ofício de coordenador pedagógico, pois “[...] comporta as dimensões reflexiva, organizativa, conectiva, interventiva e avaliativa”, que são relevantes e fazem parte da difícil tarefa de formar educadores.

Conforme a Orientação Pedagógica (2014, p. 33) “[...] a ele (coordenador pedagógico) compete articular e mobilizar a equipe escolar para elaborar, desenvolver e avaliar o Projeto político-pedagógico, sempre com o apoio da equipe gestora e pedagógica da escola”.

E coordenar o pedagógico não é tarefa nem fácil e nem simples, requer conhecimentos, preparo, disposição para aprender, ler, ouvir, é conhecer e está afinado com o grupo de professores que irá trabalhar, está apto para intervir no campo dos conhecimentos didáticos pedagógicos; auxiliando o professor na sua práxis pedagógica sempre que necessário articulando a teoria com a prática. Buscando sempre com a ação pedagógica meios de possibilitar aos docentes um espaço para tirar dúvidas, trocar conhecimentos, expor dificuldades, questionamentos, promovendo assim o aperfeiçoamento e fortalecimento de sua dignidade profissional. (DOMINGUES, 2014).

Coordenar não é uma tarefa fácil e nem tão simples é uma função que centraliza as conquistas do grupo e assegura que as boas ideias tenham continuidade.

2.3 Atendimento Educacional Especializado: Sala de Recursos e o Projeto político-pedagógico

O Projeto político-pedagógico como documento norteador de todo trabalho que é realizado na escola e identidade de qualquer e toda unidade escolar deve ter

como pressuposto a educação inclusiva que é aquela voltada para aprendizagem de todos os alunos que dela fazem parte. Atendendo a todos nas suas singularidades. Pois todos os seres humanos são iguais, mas cada pessoa é diferente de todas as outras.

O PPP deve contemplar o atendimento à diversidade e o aparato que a equipe terá para atender e ensinar a todos e isso inclui compromisso, planejamento, recursos materiais, acessibilidade, estudo, compartilhar saberes e conhecimentos, conversas com a família.

Foi a favor da diversidade e pensando no direito de todos de aprender que a Lei nº 7.853 (que obriga todas as escolas a aceitar matrículas de alunos com deficiência e transforma em crime a recusa a esse direito) foi aprovada em 1989 e regulamentada em 1999.

É preciso que as escolas ofereçam atendimento adequado e promovam o desenvolvimento dos alunos com deficiência, para que a inclusão aconteça de fato e de verdade e não somente na teoria, no papel; pois inclusão pede flexibilização de todos os comprometidos com a arte de educar.

A inclusão valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais; propiciando um grande aprendizado de respeito ao outro. A inclusão pressupõe mudanças e transformações nas estruturas vigentes para que estas possam se adaptar a todas as pessoas. Assim, não são as pessoas que têm que se adequar àquilo que está posto.

O foco da inclusão não diz respeito apenas às pessoas com alguma deficiência, a inclusão possibilita benefícios a todos e não se pode dizer que uns ganham mais que outros, pois, todos saem ganhando e muito.

A inclusão deve acontecer nos mais variados contextos sociais: nos locais de trabalho, nas áreas de lazer, na própria família, na escola, enfim, em todos os locais nos quais as pessoas convivem, se relacionam, se divertem, se socializam, derrubando barreiras, dificuldades.

É bem certo que a inclusão não acontece da noite para o dia; é um grande processo que demanda dedicação, esforço, comprometimento e seriedade de todos os participantes. É um novo olhar. Envolve os diversos setores da sociedade, desde indivíduos que devem mudar suas atitudes, passando por empresas e escolas, que precisam se adequar a esta nova realidade que nem é tão nova assim; até o

Governo, que deve se responsabilizar pela promoção de políticas efetivas que visem à inclusão total.

A concepção da inclusão educacional expressa conceito de sociedade inclusiva: aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos.

Em relação às escolas a frase "desculpe, não estamos preparados", nem deve passar pela cabeça de gestores nem de professores. Pais de crianças com deficiência precisam saber: argumento como esse não pode impedir o filho de estudar. Professores e gestores devem lembrar: não há respaldo legal para recusar a matrícula de quem quer que seja. As leis que garantem a inclusão já existem a tempo suficiente para que as escolas tenham capacitado professores e adaptado a estrutura física e a proposta pedagógica. Não aceitar alunos com deficiência é crime, a legislação brasileira garante indistintamente a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado a crianças com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento deve ser oferecido preferencialmente no ensino regular e tem nome de Educação Especial.

O atendimento aos alunos com deficiência na rede pública de ensino acontece há muito tempo e vem sofrendo mudanças no decorrer do tempo, segundo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, SEESP, 2007, p. 10):

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos – ONU, 1948, em seu artigo 26, remete que toda e qualquer pessoa tem direito à educação:

[...] 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu

mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem.

No ano de 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, nos artigos 88 e 89 que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Segundo a Constituição Federal de 1988 no artigo 205 - garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; assim bem como no artigo 206 - prevê igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

A Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 1994), descreve que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

E ainda que os sistemas educacionais devessem ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Assegura que aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, onde a escola deverá acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Visando um atendimento eficaz e eficiente aos alunos, a Declaração de Salamanca (1994, p. 1) orienta que:

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Conforme preconiza o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência – ONU/2006, o Estado tem sua parcela de contribuição em garantir o direito das pessoas com deficiência à educação, pois, esta se efetiva pela garantia de sua plena participação e aprendizagem, em sistemas educacionais inclusivos, em igualdade de condições com as demais pessoas, na comunidade em que vivem.

As famílias tem um importante papel na educação dos seus filhos com deficiência, de acordo com o artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos nas classes comuns do ensino regular. Para a criança conviver em sociedade e, futuramente, participar do mercado de trabalho, a porta de entrada é a escola.

Existem famílias que não conhecem esse direito e ainda outras pensam que a escola não irá fazer muita diferença na vida da criança com deficiência por achar que ela não tem capacidade para aprender ou porque será discriminada.

No ano de 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela Gerência da Educação Especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem.

Tornar a inclusão uma realidade nas escolas é um grande desafio e nos remete a reflexão que a educação é algo construído todos os dias exigindo de nós sabedoria, disposição, foco e cada um têm seu ritmo e maneiras diversas de aprender. Entendendo que a

Educação especial é uma modalidade de educação escolar, de natureza complexa, oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os níveis e demais modalidades que estruturam a oferta educacional no Estado brasileiro. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 8)

Ela é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado (AEE- Sala de

Recursos), disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular, (MEC, 2010, p. 20), ou, seja está presente em todos os níveis de ensino exigindo de todos os profissionais mudança de paradigma e postura diante do ato de ensinar e aprender.

E todos estes saberes advindos dessa modalidade de ensino propiciam a compreensão do direito de todos à educação e à consolidação dos paradigmas educacionais inclusivos na contemporaneidade. Sabe-se, portanto, que a educação especial como uma modalidade de educação não substitui o ensino comum. (LDBEN, 1996)

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O início da aprendizagem da leitura e da escrita ocorre no Ensino Fundamental. Nesses anos escolares, as atividades são desenvolvidas segundo o Projeto político-pedagógico da escola, com o objetivo de que todas as crianças aprendam a ler e a escrever, além de outras experiências vividas com os colegas de classe.

O Projeto político-pedagógico deve articular a educação comum e a educação especial, promovendo o trabalho colaborativo entre os professores da sala de aula comum e o professor da sala de recursos multifuncionais. São por meio desta articulação que serão promovidas as condições de aprendizagem da criança com deficiência, considerando suas necessidades educacionais específicas.

O Projeto político-pedagógico da escola é o mesmo para todos os estudantes. O que varia na prática pedagógica são as estratégias metodológicas e os recursos de tecnologia assistiva, quando se fizer necessário.

O que preconiza todas as leis em relação ao atendimento de alunos com deficiência é que aconteça preferencialmente na rede pública de ensino, onde é também ofertado o Atendimento Educacional Especializado, na chamada Sala de Recursos. Este atendimento é definido nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, apud Educação Especial – Orientação Pedagógica, 2010, p. 76):

[...] como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) e complementa (para os estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Os estudantes com deficiência estudam na mesma sala de aula que os alunos sem deficiência para que todos os estudantes participem juntos da escolarização. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), com função complementar ou suplementar no turno preferencialmente, contrário à escolarização, é oferecido para todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que apresentarem necessidades específicas de aprendizagem, de serviços e de recursos específicos de acessibilidade.

O Atendimento Educacional Especializado tem por objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas especificidades. Dentre as atividades do AEE são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializado públicos ou conveniados.

Existem dois modelos básicos de salas de recursos: as generalistas e as salas de recursos específicas. Nas salas generalistas, são atendidos, individualmente ou em grupos, estudantes com deficiência intelectual/mental, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento. Os tipos de salas de recursos específicas são três: sala de recursos para deficientes auditivos, sala de recursos para deficientes visuais e para estudantes com altas habilidades/superdotação (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 77).

Analisando as leis, resoluções, decretos sobre o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais percebem-se que a educação especial, na perspectiva de educação inclusiva, visa promover o direito de todos à educação.

Descreve bem o Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial (2014, p. 11):

[...] O objetivo da educação especial inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. Assim, a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento. É importante destacar que o atendimento especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da proposta curricular para esse grupo de estudantes.

Sair de casa para ir à escola é um sonho de todas as crianças! E todas sem discriminação têm o direito garantido por diversas leis a uma boa educação pública e de qualidade. E mais ainda ter a possibilidade de uma aprendizagem condizente com o seu ritmo e maneira de aprender sendo respeitado. Pois, somos seres singularidades temos nossas peculiaridades que devem ser levadas em conta na hora do aprendizado.

A inclusão promove a justiça e numa escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa, igualitária e que aprende com o diferente. Inclusão é estar com, é interagir com o outro independente de qualquer situação. É preciso concentrar-se nas diferenças do que nas deficiências e percebe-se o quanto é valioso todo esse aprendizado para a vida.

Se compreendermos que a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. E você não poder ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para os, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.

É preciso lembrar que em primeiro lugar para se ter uma escola inclusiva é primordial um bom projeto político-pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como acontece o planejamento das atividades e como são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não.

Ensinar os conteúdos das disciplinas é tarefa do ensino regular, o professor que tem alunos com necessidades educacionais especiais ele conta com o profissional da Educação Especial que atua na sala de recursos para proporcionar apoio com estratégias e recursos que facilitem a aprendizagem. É ele quem se certifica, ainda, de que os recursos que preparou estão sendo usados corretamente. Ele informa a escola sobre os materiais a serem adquiridos e busca parcerias externas para concretizar seu trabalho.

O momento atual é de construção. De fato, a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. Mas não existe formação dissociada da prática. Estamos aprendendo ao fazer a cada dia e todos os dias.

É preciso colocar o foco no aprendizado e considerar que cada criança tem suas particularidades, assim evita-se a preocupação demasiada com os sintomas ou com a adequação do comportamento dela. O diagnóstico médico ajuda, mas não pode ser um rótulo que se tenha de carregar e impeça o aprendizado. Não são raras as ocasiões em que o aluno supera as expectativas criadas pelos médicos, surpreendendo a todos com seu desempenho.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Através de conversas com a equipe gestora e o corpo docente sobre a realização da pesquisa, sua temática, a importância de todos participarem para que os resultados obtidos fossem o mais fidedigno possível, foi imprescindível para que os onze interlocutores (diretora, vice-diretora e mais nove professores) da pesquisa sentissem confortáveis para responder ao questionário de maneira que a grande maioria colaborou satisfatoriamente.

Observando o que Gil (2002, p.137), descreve sobre questionário sendo “uma técnica de coleta de dados que consiste em um rol de questões propostas por escrito às pessoas que estão sendo pesquisada”, este foi um instrumento relevante na execução da referida pesquisa. Na elaboração do mesmo foi relevante observar o anonimato (pois alguns sentiram intimidados ao responder as questões). Os questionários utilizados na pesquisa foram individuais com questões fechadas e abertas, onde os interlocutores puderam expor seu ponto de vista, seus conhecimentos em relação ao Projeto político-pedagógico, coordenação pedagógica, atendimento educacional especializado e sala de recursos.

Foi válido analisar que conhecimentos os onze interlocutores tem a respeito do Projeto político-pedagógico, para que serve o espaço-tempo da coordenação pedagógica e que relevância e contribuições os interlocutores acreditam ter o atendimento educacional especializado que acontece na sala de recursos; e assim poder colaborar de maneira eficaz, contribuindo para que realmente a escola possibilite uma educação pública e de qualidade. Pois, é conhecendo onde atuamos para que possamos intervir satisfatoriamente, melhorando e acrescentando cada dia mais os conhecimentos adquiridos.

Observando a parte um do questionário onde é descrito: conhecendo você, 9 dos 11 interlocutores atuam na área educacional entre onze e vinte anos de profissão, o que demonstra como a experiência contribui de maneira eficaz para conhecer a demanda da escola, quais são os pontos fortes e aqueles que necessitam de ajustes, de serem modificados, aperfeiçoados para proporcionar ações que venham beneficiar os discentes e seus familiares para serem atuantes, sendo presentes no cotidiano escolar, fazendo toda diferença na vida escolar dos filhos.

No que diz respeito à formação acadêmica, 2 dos 11 interlocutores responderam que ainda não possuem especialização e apenas um interlocutor tem o título de mestrado. A busca pelo conhecimento é parte integrante de todo professor e deve fazer parte do cotidiano essa sede de conhecer, trocar, aprender, construir, reconstruir saberes. A formação continuada deve requerer dos docentes atividades que estejam de acordo com a realidade vivenciada por eles e pelos discentes, ou seja, esteja de acordo com o que é presenciado, vivenciado na instituição educacional proporcionando, a construção e reconstrução do conhecimento e saberes atendendo cada um na sua individualidade, rompendo fronteiras, culturas e conceitos cognitivos possibilitando assim o aprender a aprender e tendo como efeito, o exercício de pensar a atividade docente. (VIANNA, SCHWINN, VARGAS, 2012, p. 3).

A segunda parte do questionário discorre questões sobre Projeto político-pedagógico, coordenação pedagógica e sala de recursos, onde os onze interlocutores afirmam que a escola onde trabalham é uma escola inclusiva e que atende alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola regular se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Questões relacionadas ao Projeto político-pedagógico, todos os onze interlocutores afirmam conhecer e participação na elaboração do mesmo. É relevante que todos da comunidade escolar façam parte do planejamento, elaboração, execução, implantação e avaliação do Projeto político-pedagógico que é a identidade da unidade escolar, pois “o Projeto assume o caráter processual, organizativo e intencional” (SILVA, 2004, p. 9).

De acordo com as respostas dos 11 interlocutores, todos concordam que o Projeto político-pedagógico é o instrumento que possibilita a organização da escola e que deve ser construído coletivamente, respeitando as opiniões e posições de todos os envolvidos.

Todos os atores que estão envolvidos no ato de educar precisam ter em mente que o Projeto político-pedagógico da escola é o guia que vai orientar todas as atividades, ações que serão desenvolvidas na escola durante o ano letivo. E todos devem sentir-se responsáveis pela execução das ações.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado Projeto político-pedagógico - o famoso PPP, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele: é projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; é político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir; é pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

“É preciso entender o Projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano” (VEIGA, 1998, p. 33). É preciso rever as ações, avaliar se há necessidade de continuidade e o que não deu certo, refazer.

Compreendendo a importância que o Projeto político-pedagógico representa para toda a escola e a relevância do envolvimento de todos, este “resulta na aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos nos vários segmentos da escola, pois eles são capazes de ver o mundo da vida nos seus diferentes contextos” (MEURER, 2010, p. 99).

Nas respostas dos 11 interlocutores, afirmam o quanto é necessário e indispensável a existência do Projeto político-pedagógico que seja “a cara da escola” e que as ações ali descritas realmente aconteçam; já que foi elaborado com a participação de todos os envolvidos no ato de educar, então todos são responsáveis pela sua execução, bem como sua avaliação.

No tocante ao espaço-tempo da coordenação pedagógica as palavras trocar, compartilhar, planejar e formação foram descritas por todos os interlocutores da pesquisa para designar este momento tão necessário e precioso que as escolas dispõem:

*A coordenação pedagógica é o espaço para trocar conhecimentos.
(Professora a)*

A coordenação pedagógica é o espaço para planejar as minhas aulas. (Professora b)

É utilizada como espaço para formação continuada dos professores. (Professora c)

Espaço primordial para compartilhar os nossos conhecimentos. (Professora d)

Momento que dispomos para avaliar as ações que foram traçadas no Projeto político-pedagógico. (Professora e)

Espaço para analisarmos as metas do Projeto político-pedagógico que não estão sendo alcançadas. (Professora f)

Momento essencial de trocar, compartilhar e aprender uns com os outros. (Professora g)

Espaço para planejarmos coletivamente. (Professora h)

Coordenação pedagógica é o espaço e tempo primordial de planejamento, acompanhamento e avaliação do Projeto político-pedagógico, pois esta contribui para a melhoria da qualidade social da educação pública; é preciso potencializar, valorizar este espaço para que o mesmo viabilize o alcance dos objetivos presentes no Projeto político-pedagógico, proporcionando a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar e, conseqüentemente recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que diversos personagens se fazem presentes e atuantes, “influenciando histórias de vida e que também são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros” (DISTRITO FEDERAL, 2014. p. 29).

Os 11 interlocutores julgam importante e necessária a atuação do coordenador pedagógico, sendo uma pessoa que contribui e muito para que o fazer pedagógico realmente aconteça de maneira eficaz na escola.

Nas relações intersubjetivas direção-professor, professor-professor, professor-aluno, aluno-aluno e destes com o saber instituído pelos currículos,

aparecem os conflitos, as contradições, as perdas de referência dos elementos estruturantes de seu *modus vivendi*. E é nesse contexto que se situa o coordenador pedagógico como ator privilegiado que compõe a equipe diretiva da escola, ele tem, na escola, uma “função articuladora, formadora e transformadora” (ALMEIDA E PLACCO, 2009, p. 25) e, portanto, é o profissional mediador entre currículo e professores e, por excelência, o formador dos professores. Figura indispensável no cotidiano de qualquer escola, pois “sabe-se que administrar conflitos não é algo fácil”. (LIMA e SANTOS, 2007, p.86).

Saber suas funções, atribuições tarefa simples o que acaba dificultando é na hora de executá-las, sempre há confusões designando diversas tarefas e por fim acaba deixando de lado as reais funções que o coordenador exerce nas instituições escolares.

Segundo Bartman (*apud* LIMA e SOUSA, 2007, p. 81):

[...] o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta.

Nas questões seguintes sobre as contribuições que a sala de recursos pode possibilitar num contexto de educação inclusiva e o atendimento educacional especializado, os onze interlocutores responderam que consideram relevante o atendimento na sala de recursos, que possuem conhecimento sobre o seu funcionamento onde trabalham e afirmaram que o atendimento está contemplado no Projeto político-pedagógico da escola.

Eis algumas respostas dadas por 10 dos 11 interlocutores sobre a importância do atendimento educacional especializado realizado na sala de recursos aos alunos com deficiência:

Com certeza, pois é possível fazer um atendimento individual e mais direcionado. (Professora a)

Com certeza, pois há objetivos mais específicos para cada dificuldade. (Professora b)

Sim, porque oferta maiores possibilidades de aprendizagem para os alunos com deficiências. (Professora c)

Sim, auxilia de forma efetiva, fazendo uso de material pedagógico pertinente e auxílio aos familiares. (Professora d)

É um suporte de suma importância ao professor e ao aluno, visto que trabalha as necessidades do aluno individualmente. (Professora e)

Sim, acredito que valoriza a bagagem do aluno especial e orienta o professor regente. (Professora f)

Auxilia nos trabalhos e promove o desenvolvimento de suas habilidades. (Professora g)

Muito importante, pois, é um recurso a mais para o desenvolvimento dos alunos especiais. O aluno com necessidades educacionais especiais quando atendido individualmente tende a prestar mais atenção além de ter outros recursos, que inviabiliza na sala de aula. (Professora h)

O artigo 58 da LBDEN Lei 9.394/96 prevê o atendimento educacional especializado realizado na sala de recursos aos alunos com deficiência: “Artigo 58 – prevê a oferta do AEE, em escola regular, para atender o público-alvo da educação especial”.

É preciso constar no projeto político-pedagógico da escola o atendimento educacional especializado que é realizado na sala de recursos. Como bem preconiza A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva (2010, p. 10):

Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer nas salas de aulas é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional. Um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades. O projeto político-pedagógico é o instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar; ele reflete a singularidade do grupo que o produziu, suas escolhas e especificidades.

Existem diversos documentos e leis, os chamados marcos legais da educação inclusiva, que preveem o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais (alunos com deficiência, TGD, Altas Habilidades/Superdotação).

A inclusão trás consigo o desafio de não acolher apenas os alunos com deficiência, mas de garantir condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar, então o atendimento educacional especializado aparece como garantia da inclusão.

Espaço onde acontece o atendimento educacional especializado na escola é chamado sala de recursos, no ano de 2006, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação publicou o documento Salas de recursos Multifuncionais – espaço do atendimento educacional especializado, no qual afirma:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde os alunos com deficiência realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centrada em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando – os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (MEC, 2006, p. 10).

E aprender, é direito de todos, independentemente de sua condição intelectual, física, financeira e deve ser respeitado.

De acordo com os documentos, Educação Especial Orientação Pedagógica (2010) e o Currículo em Movimento da Educação Básica Educação Especial (2014) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, constam que a sala de recursos é parte integrante do Projeto político-pedagógico da escola, que é o que deve acontecer no real, porém ao analisar o projeto político-pedagógico da ESCOLA Y não existia nada em relação ao atendimento educacional especializado que é realizado na sala de recursos, necessitando de ajustes.

Mesmo o atendimento educacional especializado realizado em sala de recursos não esteja inserido no Projeto político-pedagógico da escola, fica evidenciado que o atendimento aos alunos, aos professores e às famílias vem ocorrendo efetivamente e que é de conhecimento da comunidade escolar que, este serviço encontra-se disponível na escola. Também é possível identificar na pesquisa, que o referido atendimento enquadra-se e atende aos pressupostos previstos pela legislação vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da educação, as escolas trataram as crianças com deficiência como incapazes, necessitando de tratamento médico, não de ensino. Essa perspectiva começou a mudar a partir de 1948, com a Declaração Universal de Direitos Humanos, que garantiu o direito de todos à Educação. Demorou algum tempo para que, a partir dos anos 90, a visão assistencialista ser deixada de lado e dar lugar ao conceito de inclusão, que ganhou um papel central em documentos internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Por muito tempo, vigoravam no Brasil políticas que segregavam os que tinham necessidades especiais ou condicionavam a participação deles em classes convencionais à capacidade de "acompanhar os alunos ditos normais", como cita a Política Nacional de Educação Especial de 1994. A ideia de que a escola precisava se adaptar às necessidades das crianças ficou clara somente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, p. 7 que define: "todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar na escola regular".

Porém, para que o aluno aprenda, não basta que ele esteja matriculado. É primordial que a escola, as salas de aula e os profissionais que desempenham suas atividades pedagógicas sejam preparados para que o ensino aconteça na prática. Quando a perspectiva ainda era a da segregação, o foco estava nas dificuldades das crianças. Os professores queriam checar o que elas não sabiam. Hoje se sabe que o primeiro passo é descobrir o que cada um conhece para criar situações de aprendizagem em que todos podem contribuir, tanto aprendendo como trocando saberes, experiências, pois todos têm muito a ensinar e a aprender.

Desde que os estudos sobre a psicogênese da língua escrita, como os da pesquisadora argentina Emília Ferreiro, foram divulgados no Brasil, na década de 1980, há a clareza de que as crianças não aprendem no mesmo ritmo nem da mesma forma. Essa premissa - que vale para qualquer turma - é crucial quando se trabalha com alunos que têm necessidades especiais. O caminho apontado é o da flexibilização. Pensar nas diferenças implica fazer muitas e variadas intervenções. Os caminhos da inclusão para atender a diversidade costumam sempre beneficiar o coletivo e melhorar a qualidade do ensino.

Atender alunos com necessidades educacionais especiais é algo desafiador e possibilita usar a imaginação, a criatividade de diversas formas procurando sempre a melhor maneira de ensinar, para o acesso e a permanência dos alunos na escola, na sala de aula seja ativa, significativa e de sucesso escolar.

Conhecer, participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto político-pedagógico da escola são relevantes para todos os atores envolvidos no ato de educar, pois, este é a identidade da escola e mostra com clareza que cidadão a escola está formando para atuar de maneira consciente, crítica e reflexiva numa sociedade cada vez mais complexa e exigente.

Nessa pesquisa todos os interlocutores concordaram que o Projeto político-pedagógico é o instrumento que possibilita a organização da instituição educacional por considerarem relevante na sistematização dos trabalhos, atividades, ações que são desenvolvidas na escola, bem como, o atendimento educacional especializado que é realizado na sala de recursos.

A grande maioria dos professores considera a coordenação pedagógica como um espaço de planejamento e organização das atividades que serão desenvolvidas em sala de aula, troca de experiências, conhecimentos, saberes, estudo, formação continuada, discutir informes de ordens tanto administrativas como pedagógicas.

Entende-se que o atendimento educacional especializado realizado na sala de recursos contribui de forma significativa na aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais, pois possibilitam atividades, experiências que complementam o que é estudado em sala de aula. A confecção de materiais adaptados, o auxílio ao professor regente e conversas com os familiares são umas das importantes contribuições que a sala de recursos proporciona na escola onde se faz presente e atuante.

Este atendimento deve ser especificado no Projeto político-pedagógico da escola, pois faz parte de ações que serão desenvolvidas no decorrer do ano letivo da instituição educacional. Reconhecer a relevância da sala de recursos bem como, sua importância como parte integrante do projeto político-pedagógico da escola faz com que todos da comunidade escolar prestigiem este espaço de aprendizagem, que deve ser dinâmico, atuante. Porém, esse reconhecimento deve possibilitar a tomada de decisões no sentido de tornar a escola cada vez mais inclusiva, compartilhando o desejo de uma educação de qualidade e faça a diferença para

todas as crianças, mas que de fato possibilite melhores condições de ensino e de aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinha Ramalho e outros. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais; UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura)**, 1994; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 7.853 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - DOU DE 25/10/89** – Alterada (Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.) Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1989/7853.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Cartilha BPC na escola. Orientação às famílias**, 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=394-documento-bcp&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 6.949, De 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os **Direitos das Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: out. 2015.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **O polo epistemológico**. In.: BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 41-61.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. **Construindo o saber – Metodologia Científica: Fundamentos e técnicas**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989;

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1986.

CINFOP – Centro Interdisciplinar de Formação Continuada do Paraná. Universidade Federal do Paraná. Coleção: Gestão e avaliação da escola pública 2. **Planejamento e trabalho coletivo**. Souza, Ângelo Ricardo de; Gouveia, Andréa Barbosa; Silva, Mônica Ribeiro da; Schwendler, Sônia Fátima. Ministério da Educação. Brasil. Secretaria de Educação Básica. Curitiba, 2005.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica**, Brasília-DF, 2014. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/282-midias/443-curriculoemmovimento.html>. Acesso em: 18 set. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Orientação Pedagógica Projeto Político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas**, Brasília-DF, 2014b. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/orientacao_pedagogica_projeto_politico_pedagogico.pdf. Acesso em: 20 set. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Educação Especial. Orientação Pedagógica**, Brasília-DF, 2010. 135 p.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. 1ª Edição; São Paulo: Cortez, 2014.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999, 5ª edição.

KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Herder, 1969.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1982. 231 p.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005..

LIMA, Paulo Gomes e SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas**. Educere ET Educare. Revista de Educação. Volume 2, nº 4, julho / dezembro, 2007, p. 77-90.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. TÍTULO DO ARTIGO: **Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores**; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n3/a09.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAANEN, John Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. *Administrative Science Quarterly*, v.24, n.4, Dec., 1979.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, Fernanda Silva. **Uso de questionários nos trabalhos de conclusão de curso da Licenciatura em Química: uma discussão metodológica**. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66475/000871528.pdf?sequence=1. Acesso em: 09 out. 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**. FEA – USP. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996. Disponível em: www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/CO3-art06.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que delinea os direitos humanos básicos, foi adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

SILVA, Edileuza Fernandes da. Curso de Pedagogia para professores em exercício nas séries iniciais da rede pública do Distrito Federal e suas implicações na prática pedagógica. **A coordenação pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2004.

SOUSA, José Vieira. **Projeto Pedagógico: Sentido social e político da gestão da escola**. Progestão construindo saberes e práticas de gestão na escola pública, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 14ª edição Papyrus, 2002.

VIANA, Patrícia Beatriz de Macedo, SCHWINN Marilene Schwinn, VARGAS, Patrícia Leal de. **Formação de Professores para o uso das TIC Viabilizada por um Ambiente Virtual de Aprendizagem**. Anais do SENID, Passo Fundo, 2012.

APÊNDICE 1



Universidade de Brasília – UnB

Escola de Gestores 2014 – 2015

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Aluna: Ana Claudia Batista dos Santos

Caro colega,

Sou aluna do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica e estou realizando o trabalho de conclusão do curso, o TCC, gostaria de contar com a sua participação, respondendo a este questionário. Sua colaboração será de grande valia para a execução do meu trabalho. Estou realizando uma pesquisa de campo sobre A relevância da Sala de recursos num contexto de educação inclusiva numa escola de zona rural. Ao responder as questões você estará autorizando o uso de suas respostas no âmbito dessa pesquisa. Desde já agradeço sua participação.

Atenciosamente,

Ana Claudia.

Questionário

Parte I – Conhecendo você:

Nome: _____

Fone: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

1 – Quanto tempo que você trabalha na área educacional:

- Menos que um ano
- De 1 a 4 anos
- De 5 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Mais de 20 anos

2 – Formação acadêmica:

	Pública	Privada	Ambas	Não fez	Curso
1ª Graduação					
2ª Graduação					
Especialização					
Mestrado					
Doutorado					

3 – Atualmente, está com:

- Educação Infantil
 1º Ano
 2º Ano
 3º Ano
 4º Ano

Parte II – A relevância da sala de recursos num contexto de educação inclusiva:

1 – A escola onde você trabalha é inclusiva?

- Sim Não Não sei

2 – Tem alunos com necessidades educacionais especiais?

- Sim Não Não sei

3 – Você conhece o Projeto político-pedagógico da escola em que trabalha?

- Sim Não

4 – Você participa da elaboração do Projeto político-pedagógico da escola?

- Sim Não Às vezes

5 – O atendimento à inclusão deve constar no Projeto político-pedagógico da escola?

- Sim Não Não sei

6 – O Projeto político-pedagógico é o instrumento que possibilita a organização da instituição educacional. Você:

- Concorda com esta afirmativa Discorda desta afirmativa

7 – A coordenação pedagógica é o espaço para _____

_____.

8 – A sala de recursos é importante no atendimento aos alunos com deficiências? Por quê? _____

9 – Você conhece a sala de recursos da escola onde trabalha?

- Sim Ainda não

10 – O atendimento na sala de recursos está contemplado no Projeto político - pedagógico da Escola?

Sim Não Não sei

Espaço para comentários:

Obrigada pela sua colaboração.